

A primeira entrevista com o novo chefe do Governo

María de Lurdes Pintasilgo a "O Jornal"

"Tentarei criar um Governo com estrutura mais leve"



«Tentarei criar uma estrutura se possível mais leve do aparelho governativo, em que seja dado idêntico relevo às grandes áreas de coordenação da vida social, cultural e económica portuguesas» — disse-nos, ontem à noite, o Primeiro-Ministro indigitado, María de Lurdes Pintasilgo, em entrevista exclusiva a «O Jornal». Sentada numa sóbria mesa de trabalho do exiguo e simples apartamento da Alameda de Santo António dos Capuchos onde desde há longos anos vive, em instalações compartilhadas com outras mulheres integradas no GRAAL (organização laica católica), María de Lurdes Pintasilgo, embaixador de Portugal na UNESCO, depois de ter sido ministro dos Assuntos Sociais no II Governo Provisório (ver «A figura da semana»), fala-nos compassadamente e confessa-nos o cansaço que as suas primeiras preocupações governativas, já lhe estão a provocar.

«Foi essencialmente o desejo de responder ao momento histórico que vivemos que me levou a aceitar a incumbência de tentar formar o Governo de gestão, mas não será por isso que irei agora inflectir a orientação e a

forma como tenho vivido a minha própria história que é tudo menos uma carreira» — dir-nos-ia ainda.

Onze dias antes, no seu confortável gabinete da Missão Portuguesa junto da UNESCO, no 6.º andar do n.º 1 da vila de Segur, María de Lurdes Pintasilgo falava-nos outras coisas. Da sua actividade na UNESCO, da evolução política que Portugal sofreu depois do 25 de Abril, da Constituição, do referendo, dos partidos políticos, enfim dos problemas da comunicação social estatizada. E contava que gostaria imenso de ver o Presidente da República na UNESCO quando da sua visita oficial a França e que tinha assegurada a realização no próximo ano em Portugal de um Simpósio Internacional sobre o Homem, o Oceano e a Ética, a maior realização deste tipo de iniciativa orgânica.

Hoje já não é, portanto, o embaixador de Portugal junto da UNESCO mas sim o Primeiro-Ministro indigitado que fala a «O Jornal» na sua primeira grande entrevista aos órgãos de comunicação social. É essa importante e muito interessante entrevista, conduzida por CARNEIRO JACINTO, feita há onze dias em Paris e ontem, quinta-feira, à noite em Lisboa, que apresentamos de seguida.

«O Jornal» — Porque aceitou a incumbência de formar o Governo de gestão?

María de Lurdes Pintasilgo — Foi essencialmente o desejo de responder ao momento histórico que vivemos. É preciso que nesta caminhada de democracia o povo exprima livremente como quer determinar o seu modo de viver em sociedade. Se um Governo pode garantir instrumentos para que essa caminhada seja realizada na harmonia e com imaginação, estou disposta a ser parte integrante dele.

P. — Que tipo de estrutura do Governo pensa adoptar no seu gabinete?

R. — É ainda muito cedo para poder falar de aspectos muito concretos. Tentarei tudo o que me for possível no sentido de explicitar na actuação que vou ter, as minhas ideias, de que teremos oportunidade de falar. Isso quer dizer que tentarei criar uma estrutura se possível mais leve do aparelho governativo, em que seja dado idêntico relevo às

grandes áreas de coordenação da vida social, cultural e económica portuguesa. Decerto que haverá outras condições que terão de ser postas em marcha, mas essas teremos de as deixar para a surpresa do dia-a-dia.

P. — Pensa convidar muitos dos actuais responsáveis do IV Governo para integrar o seu Executivo?

R. — Julgo que neste momento não posso dar uma resposta muito concreta a essa sua questão. Apenas queria acentuar o seguinte: o Governo que terminou agora o seu mandato e o Governo de que vou ser parte integrante, têm características completamente diferentes. O primeiro funcionou nos quadros tradicionais e normais, podemos dizê-lo, com uma Assembleia da República, enquanto este funcionará para preparar eleições e na ausência da Assembleia da República. Ora, isso postula imediatamente uma diversidade de funções para o Executivo e possivelmente também diversidade de personalidades.

Quero contactar directamente com o povo português

P. — E o que é que a preocupa mais nesta altura que assume a responsabilidade de chefiar o Governo de gestão?

R. — Compatibilizar a tarefa quotidiana da chefia do Governo com aquilo que me parece mais importante neste momento. Isto é, o diálogo que eu gostaria de instaurar não só com as forças organizadas mas com o povo no seu conjunto, de modo a que a inovação de que falava há pouco, venha directamente até mim. Em meu entender ela não decorre do Governo, vem do povo e espero que ela venha até mim de tal modo que esteja em condições de disponibilidade de espírito para as poder captar e tentar dar-lhes a execução que for possível.

P. — Como pensa passar essa sua ideia à prática?

R. — Gostaria de poder ter um

contacto muito frequente e directo com o povo português ao longo destes, no máximo 100 dias, que tenho na minha frente.

P. — Não pensa que com essa sua ideia poderá vir a ser acusada de pretender fazer carreira política? Foi com essa ideia que aceitou ser Primeiro-Ministro?

R. — Como pode verificar pelo meu currículo, a minha história é tudo menos uma carreira. Não será neste momento que irei inflectir a orientação e a forma como tenho vivido a minha própria história. Não penso que os portugueses ao ouvirem-me, e alguns ao lerem-me, vejam nisso uma promoção pessoal. Julgo que estou suficientemente sintonizada com aquilo que nos caracteriza como portugueses para poder ter o único diálogo de que sou capaz e que é o da procura e da franqueza total.

Quero realizar a minha tarefa na solidariedade com as outras mulheres

P. — A senhora engenheira é a primeira mulher a chefiar um Grupo das mulheres portuguesas?

R. — Atribuo a esse facto uma importância simbólica. Há um tributo que fica levantado e daqui para a frente já não será proibido uma mulher chegar a este lugar, será sempre possível. Isso é importante a nível desta função e é com certeza também importante a nível de muitas outras funções. Mas não considero que pelo facto de eu ser indigitada para este cargo fique resolvida a discriminação de que são vítimas as mulheres em muitas das funções que ainda exercem.

A minha atitude neste momento como mulher é a de considerar que é na solidariedade com as outras mulheres que eu quero realizar esta tarefa. Sinto-me em convergência

verno português. O que lhe parece que isso poderá significar para o de situação e de aspirações com as mulheres do nosso país que querem encontrar uma forma de contribuir para a vida social.

P. — Assusta-a o facto de existirem certas forças que não vêem com bons olhos a sua escolha para Primeiro-Ministro do Governo do país?

R. — O susto não é exactamente isso. Há um risco e o maior é o de verificar muitas vezes que forças que se podem mostrar contrárias à minha presença à frente do Governo, o façam a partir de interesses que me podem levar a mim a uma atitude de cepticismo em relação às pessoas e à coisa pública. É isso que receio mais do que outra qualquer coisa.

Enquanto as estruturas governativa e administrativa não corresponderem a novas perspectivas, tudo o resto são paliativos

P. — Passados cinco anos sobre o 25 de Abril, que leitura faz da actual situação que vivemos. O que se fez de positivo e o que pensa que podia e devia ter sido feito?

R. — Penso, por exemplo, que em termos de aplicação rigorosa da Constituição, se agarrarmos nela encontramos definidos os direitos e os deveres fundamentais dos cidadãos. Em termos institucionais nós não fomos ainda capazes de criar uma estrutura governativa que, de algum modo, responda às necessidades, direitos e deveres do próprio povo.

Isto quer dizer que um Governo não é só um conjunto de ministros que segundo um esquema tradicional, carregam cada um a sua pasta e resolvem cada um de forma sectorial, o seu conjunto de problemas. Um governo que hoje deve fazer face de maneira adequada aos problemas da sociedade tem, necessariamente, de ser estruturado de maneira diferente.

Isto poderia significar que um governo deveria ter, tal como sucede, por exemplo, em Inglaterra, um pequeno gabinete coordenador das áreas-chave da actividade nacional. Depois de ter sido feita essa coordenação tratar-se-ia de executar algumas das medidas mais urgentes.

Julgo que já aí teríamos uma transformação institucional que me parece fundamental, e que estaria na sequência lógica das transfor-

mações que foram desejadas após o 25 de Abril.

Mas haverá ainda que dizer que em termos institucionais a Constituição está longe de ser cumprida no que diz respeito à regionalização da vida nacional.

É certo que a Lei das Finanças Locais deu um certo contributo para uma nova forma de encarar os ambientes de dimensões humanas em que as pessoas vivem. Mas estamos ainda longe de termos chegado a uma concepção do nosso espaço geográfico e humano, em que tenhamos ultrapassado o macrocefalismo que herdámos e em que possamos encontrar de novo um «poli-centrismo» em todas as áreas.

Isso julgo que responde não apenas à tão falada descentralização — que para alguns é apenas uma utilização de boas correias de transmissão, com o Governo situado no centro, com os seus órgãos intermédios e periféricos — mas também ao que se chama a desconcentração, o que quer dizer que os centros da decisão não têm de estar todos no mesmo local nem no mesmo agregado, mas podem diversificar-se consoante a realidade geográfica e humana que servem.

Isto para mim é tão básico que enquanto a estrutura governativa e a estrutura administrativa do país não corresponderem a estas perspectivas considero que tudo o resto são paliativos.

A Constituição está longe de ser aplicada no que tem de mais inovador

P. — Não lhe parece, portanto, como hoje certos sectores defendem que a Constituição é a causa de todos os males?

R. — Não, longe disso. A Constituição está longe de ser aplicada naquilo que tem de mais inovador. Reconheço a crítica que lhe tem sido feita em diversos sectores e que

resultou de compromissos vários.

O que ficou sempre na sombra é aquilo que na nossa Constituição pode ser caminho de resposta a aspirações que são próprias do nosso tempo e que nós, porque estivemos numa fase revolucionária, podemos exprimir de forma, talvez, selvagem mas certamente mais maciça e mais global do que em outros países.

O referendo nesta altura é descabido

P. — Uma questão que anda no ar é mesmo a da necessidade de se proceder a um referendo que possibilite uma revisão global da Constituição. O que pensa a este respeito?

R. — Parece-me que nesta altura o referendo é perfeitamente descabido. Nós podemos ver na História que, de cada vez que um referendo é utilizado, é-o, sobretudo, para dizer sim ou não a alguém. Aconteceu-me estar em França, quando, em 69, o general De Gaulle pôs à consideração dos franceses o referendo e o texto de 29 páginas em que estavam os fundamentos da regionalização que para a maioria básica serviu de referência. Ora, esse texto raramente foi referido, quer

na televisão quer na imprensa.

É claro que foi o general De Gaulle que pessoalizou o problema convertendo o referendo num sim ou não ao general. Mas se neste caso histórico o processo foi nítido, a mesma transparência não é evidente em todos os processos. Não julgo assim que o processo português tenha suficiente clarificação para, neste momento, pormos ao povo um referendo cuja matéria é de difícil descrição. Gostaria, aliás, de ouvir as figuras políticas portuguesas e os profissionais da Informação que afinadamente têm vindo a defender essa ideia, explicar as questões-chave do referendo ao povo, em qualquer situação...

Dois factores para as crises sucessivas: excessiva ideologização e diversidade de estratos sociais

P. — Em sua opinião, e para além da necessidade que já apontou da reformulação de estrutura do Governo e de se avançar com uma verdadeira regionalização, a que é que atribui as sucessivas crises de Governo que temos vivido?

R. — Estou longe de ter uma análise ainda que aproximada dessas crises... Mas penso que há dois factores que pesaram muito na sua eclosão. O primeiro foi, em meu entender, a excessiva ideologização de todos os problemas. Vejo debaterem-se, em termos de antagonismo ideológico, certas questões que a nível mundial se apresentam já co-

mo questões de civilização, de sobrevivência, mesmo da humanidade.

Esses antagonismos se não são superados numa síntese adequada, conduzem necessariamente a situações de rotura.

O segundo factor é a própria diversidade dos estratos sociais portugueses e a dificuldade de compatibilizar soluções que respondam a essa diversidade. Daí a precariedade de muitas soluções, a insatisfação nas camadas da população que se sentem preteridas e a consequente instabilidade governativa.





Foto Inácio Ludgero

Maria de Lurdes Pinheiro na varanda do seu apartamento em Lisboa «O único diálogo do que sou capaz é o da procura da franqueza total»

Partidos reflectem as dificuldades de todos os outros regimes parlamentares dos países industrializados

P. — Parece-lhe que o mal estaria nos partidos políticos como alguns querem fazer crer? Isto é, parece-lhe que o facto de termos vivido muitos anos sem democracia e

de um sistema político novo que ainda estão a fazer a sua própria aprendizagem da democracia trará dificuldades e que a solução se encontrará fora deles?

R. — Bem, ao argumento que quer responsabilizar unicamente os partidos, evidentemente que tenho de responder que não. Não são apenas os partidos a causa das crises, embora sejam os actores dominantes na cena política. Os partidos exprimem, necessariamente, uma realidade sociopolítica.

Quanto à argumentação que normalmente se segue e que se refere à nossa inexperiência da democracia, terei de responder de uma forma quase violenta. É que nós tivemos, através daquilo a que muita gente

chama a agitação revolucionária do pós-25 de Abril, um período de «formação democrática acelerada».

O que é afinal a democracia? É a gestão das coisas pelo povo. Ora, o que é que nós tivemos durante esses dois anos? Tivemos uma irrupção enorme, a todos os níveis e em todas as estruturas sociais, da experiência do povo a gerir os seus próprios negócios e os seus próprios interesses. Portanto, tivemos um povo que durante aqueles meses, e eu diria mesmo durante aquelas três semanas que se seguiram ao 25 de Abril, deu um salto gigantesco em termos de democracia.

Julgo, aliás, que os partidos portugueses são talvez vítimas deste facto: é que, ao mesmo tempo que o povo fazia, durante os primeiros tempos da revolução, um certo caminho para a democracia em termos que poderiam conter aspectos complementares das forças partidárias, os nossos partidos seguiram a sua lógica própria, à semelhança do que se passa nas democracias institucionalizadas.

Assim, ao actuarem no contexto de um povo em plena efervescência, os partidos portugueses reflectiram, de forma mais aguda as dificuldades e a problemática que se levantam hoje em todos os regimes parlamentares dos países industrializados.

De facto, temos vindo a assistir nos últimos dez anos em países em que existem democracias parlamentares como a nossa, a realização: que são a expressão da necessidade que o povo hoje tem de se organizar para exprimir aquilo que deseja e para gerir aquilo que lhe diz respeito.

Toda a gente tem a sua ira, não só de exprimir as suas convicções, mas também de dar o seu contributo para a realização, mesmo sectorial, dos problemas que lhes dizem respeito.

Portugal teve contribuição decisiva para a definição de importantes teses na UNESCO

P. — Poderíamos agora falar da sua actividade na UNESCO do interesse de que ela tem revestido, e dos aspectos e sectores essenciais que tem abarcado. Como poderia definir este conjunto de questões?

R. — Em primeiro lugar a minha actividade na UNESCO tem tido como objectivo a contribuição para a criação de um pensamento comum, a um nível planetário, com as outras nações, de outros continentes e de outras convicções políticas.

Como sabe a UNESCO cobre vários sectores de actividade que estão agrupados em grandes áreas de interesse englobando sectores como a educação e a ciência, cultura e a comunicação.

Essas áreas são basicamente as seguintes: a possibilidade das sociedades construírem o seu próprio modelo de desenvolvimento e fazerem face de forma criadora à sua própria história; a utilização da ciência e da tecnologia como factor determinante do tipo de sociedade, das relações entre as pessoas e das estruturas que a sociedade vai criar; a acção educativa, encontrando resposta para as aspirações dos indivíduos e para as necessida-

des das sociedades; o enquadramento do homem e das comunidades no seu meio-ambiente natural e cultural; e finalmente a comunicação entre os homens, entre os grupos e entre as nações. É em todas estas áreas que se processa a nossa contribuição.

Ao fazer o balanço destes três anos e meio de presença à frente da Missão Portuguesa Junto da UNESCO, julgo poder afirmar ter sido a nossa contribuição, embora modesta é certo, de algum modo decisiva para o procedimento de algumas teses que em relação a estas questões nos aparecem como fundamentais. Nesse balanço julgo que posso concluir ter sido importante o facto da cultura portuguesa aparecer como distinta, não só capaz de abarcar as realidades presentes mas também numa perspectiva para o futuro. Tudo isto com a imaginação e a flexibilidade que, afinal, a nossa história mostrou que nos melhores momentos somos capazes de ter... E pelos ecos que as nossas intervenções e a nossa acção têm tido na UNESCO, a imagem que eu capto, é a imagem de um realismo criador e ao mesmo tempo original. E por isso fico satisfeita.

A noção de «acesso das massas à cultura»

P. — Mas poderia referir alguns aspectos práticos e concretos da nossa intervenção na UNESCO, por seu intermédio?

R. — Um aspecto muito importante, é o que diz respeito à cultura, em que nós tivemos uma influência decisiva. Em dada altura processava-se na Organização toda uma orientação tendente a determinar as condições para «o acesso das massas populares à cultura».

A nossa intervenção nas várias fases do processo, foi a de desmistificar a própria noção de «acesso das massas à cultura» e isto por duas razões: por considerarmos que o conceito de cultura subjacente a tal formulação era uma cultura elitista, uma cultura depósito de saber acumulado que não é desprezível

de modo algum, mas que não é a única cultura. Esse conceito deixa de lado a criação contínua do homem e de grupos face à história que estão a viver. Por outro lado a expressão acesso das massas tornavam o povo objecto dessa cultura, dependente de um centro em que se encontrará tal cultura.

Conseguimos transformar, no conteúdo e na formulação, essa recomendação em qualquer coisa de mais dinâmico relativamente à participação das massas populares na vida cultural.

Também temos tido uma contribuição muito importante no domínio da utilização da ciência e da tecnologia no desenvolvimento.

Em Setembro do ano passado realizou-se em Belgrado a 2.ª Con-

ferência Interministerial relativa às políticas científica e tecnológica. Foi possível nessa altura, perante intervenções dos outros países da Europa (quando falamos da Europa na UNESCO falamos na Europa dos 35, na Europa que assinou o Acto Final de Helsínquia) e perante as intervenções dos vários ministros de outros países europeus, apresentarmos por assim dizer «a voz do sul» dentro do Hemisfério Norte.

Pudemos apontar nas nossas intervenções, entre outros o facto de nos os jovens diplomatas participarem em cursos de pós-graduação e em particular em doutoramentos em outros países da Europa em percentagens que são elevadíssimas (em 1976, tivemos mais de mil em actividades fora do país dos quais 30% no Reino Unido).

Todos esses jovens quando efectua a sua tese estão a servir não a nossa política científica e tecnológica, mas a política dos países que os acolhem ou, ainda pior do que isso, dos professores que orientam as suas teses. E, naturalmente, quando regressam ao nosso país desejam, como é lógico, ter à sua disposição os instrumentos, o ambiente, o enquadramento estrutural, em que possam fazer render aquilo que aprenderam.

Ors isto (que é legítimo) traz um grande desperdício porque, dadas as dimensões do nosso país, nós não podemos pretender dar escoamento e utilização a interesses tão diversificados como têm os países altamente industrializados. O facto de termos acentuado este aspecto provocou uma reacção extremamente positiva nos outros países de todas as tendências. Para apontar apenas alguns exemplos referirei o ministro da Ciência, de Inglaterra, o vice-ministro da Ciência, da União Soviética, o ministro da Energia e das Infra-Estruturas, de Israel, que foram os que entraram em diálogo connosco a partir da nossa tomada de posição para procurarem criar alternativas para a cooperação neste domínio.

P. — E quais foram os resultados dessa declaração?

R. — Não houve logo uma resolução, nem poderia haver, que tivesse uma intervenção directa nas políticas internas dos Estados, uma vez que como sabe as organizações internacionais limitam-se a fazer recomendações aos Estados membros. Que significa isto então? Significa que há um caminho aberto para outro tipo de acções...

Este facto é um exemplo do que nós realizámos a nível da UNESCO: criar uma compreensão para um certo número de problemas que não nos são próprios nem exclusivos, mas que nós sentimos de uma maneira clara e particular, de tal modo que outras acções a outros níveis e através de outros canais se possam realizar. Penso, sobretudo, na reflexão interna de políticas que têm que ver com as questões que acabo de levantar.

Não vim para a UNESCO para me sentar aqui silenciosa

P. — Não é que o seu trabalho na UNESCO tem sido apelado e que o significado das decisões tomadas tem tido repercussões?

R. — Eu creio que a minha resposta vai ser, necessariamente, ambígua. Não há dúvida que tenho recebido o apoio das mais altas autoridades do país, relativamente à acção que desempenho e tenho tido a liberdade de tomar decisões e exprimir opiniões.

Como calcula não vim realizar esta tarefa para me sentar aqui silenciosa! Vim para tomar opções, atitudes claras e mostrar a fisionomia do nosso país e os seus problemas reais. Essa liberdade tenho-a tido e tem sido totalmente coincidente com a orientação dos vários Governos com os quais tenho tido que trabalhar.

Além disso, como sabe o senhor Presidente da República interessasse, também, muito, pela nossa presença na UNESCO uma vez que compreende a importância de que



A grande polémica na UNESCO em torno dos meios de comunicação social

se reveste esta plataforma que é considerada, no conjunto das Nações Unidas, como a «consciência ética» do sistema.

É claro que há outros níveis de apoio, mas julgo que a minha experiência aqui não é uma excepção em relação a outras pessoas e a outros órgãos.

No nosso país estamos tão atare-

fados com as negociações entre forças políticas, que tem sido muito difícil chegar-se a definir quais são os verdadeiros nós da transformação estrutural do nosso país.

Quero dizer com isto que, ao longo deste processo, era urgente ter clarificado aquilo a que chamo o «módulo» da estrutura social e que são as grandes questões, as questões decisivas e determinantes. Ora isso não tem sido possível dada a ocupação por outro tipo de problemática.

Nem sempre tive apoio porque não existem estruturas de coordenação

P. — *Mas quais são, então, em sua opinião, essas grandes questões?*

R. — A verdade é que nós, até aqui, temos estado em termos da nossa estrutura interna, intensamente preocupados com o problema económico e financeiro. É certo que o problema económico e financeiro é o que todos os governantes sentem de imediato.

No entanto, ele não é de modo al-

gum a base, mas sim a resultante, de um conjunto de esforços; da definição de uma política científica e tecnológica adequada; da definição de uma política cultural em que faço entrar toda a acção educativa e, diria mais, a rede de comunicação entre os portugueses.

Ora, não estando definido quem é o pólo que tem a responsabilidade última de cada uma destas coordenadas, necessariamente que a eco-



Maria de Lurdes Pintalho na sua casa das proximidades do Campo Santana
«Quero ter o diálogo da procura e da franqueza total»

nomia, mesmo quando os seus índices são favoráveis, toma o 1.º lugar e é praticamente impossível fazer introduzir algum factor de ordem externa de contribuição da comunidade internacional, como aquilo de que tenho estado a falar agora.

Dai a ambiguidade da minha resposta à sua pergunta. Nem sempre tive o apoio que desejava, porque não existem as estruturas de coordenação necessárias para dar corpo às perspectivas abertas pela cooperação internacional.

P. — *De qualquer forma a sua presença na UNESCO ficou, sobretudo, assinalada pela grande discussão que se gerou em torno do debate sobre a comunicação social. Agora que os ambientes serenaram, qual é a análise que faz de tudo o que foi dito nessa altura?*

R. — Essa polémica transcendia os meios de comunicação e dizia respeito, fundamentalmente, ao diálogo Norte-Sul. Como sabe, houve uma grande reticência da parte de alguns países altamente industrializados em aceitarem a definição de uma nova ordem económica internacional feita pela Assembleia Extraordinária das Nações Unidas, realizada em 1974.

O problema do papel dos meios de comunicação, relativamente à propaganda da guerra, do racismo, etc., e no aspecto positivo a sua contribuição para a cooperação internacional, tinha tido, à partida, como ponto fundamental, a reivindicação feita pelos países do Hemisfério Sul (e de uma forma estruturada pelo «grupo dos 77») da necessidade de que a informação não fosse apenas veiculada pelas grandes agências internacionais — todas elas situadas no Hemisfério Norte, e não apenas no mundo ocidental — mas que fosse possível estabelecer também no Hemisfério Sul, infra-estruturas de comunicação, de tal modo que aquilo que lhe dissesse respeito não fosse automaticamente filtrado pelo Hemisfério Norte. Essa foi a primeira grande questão.

Mas a esta veio imediatamente sobrepor-se outra que talvez aquela a que se deu mais relevo relativa à interpretação, sobretudo, pelos países ocidentais, de algumas

disposições do texto inicial do projecto de declaração, que se referiam ao controlo do Estado sobre os órgãos de comunicação estatizados. Os países ocidentais interpretavam essas disposições como um atentado à liberdade de expressão.

Inversamente, outros países, em particular a União Soviética, insistiam em que uma cláusula deste tipo ficasse expressa. Este conflito Leste-Oeste veio exercitar-se no conflito Norte-Sul, desviando as atenções para um aspecto unilateral do problema.

Mas houve um terceiro nível de problemática que foi, a meu ver, igualmente intenso. Os profissionais da informação consideraram que estava a ser posto em causa o seu estatuto socioprofissional e suberam servir-se desse mesmo estatuto para defender a sua «causa», o que, evidentemente, não fez senão aumentar a confusão.

Julgo que foram estes três problemas que acabaram por dar a noção de que se tratava de uma questão magna (e era realmente importante). Nós defendemos, desde o início, que o problema fundamental a resolver era o da injustiça entre o Norte e o Sul, que é flagrante.

Foi a partir dessa premissa que tivemos de raciocinar, contribuindo para a harmonização das posições antagónicas.

O que acabámos por ver acontecer foi que numa das reuniões finais da última conferência geral em Novembro, fundiram-se duas resoluções: uma que vinha do «grupo dos 77», liderado pelo antigo ministro da Informação da Tunísia e outra vinha dos Estados Unidos. A declaração acabou por ser aceite por aclamação!

Essencial a reestruturação da comunicação social estatizada

P. — *Falamos do controlo do Estado sobre os meios de comunicação social o que, como sabe, continua a ser tema esquentante da actualidade política nacional. Qual é a sua opinião sobre esta questão na perspectiva de Portugal?*

R. — Julgo que o que se passa em relação à informação estatizada, em Portugal deve, em princípio, ser semelhante ao que se passa com qualquer indústria que esteja nacionalizada.

O Governo não vai interferir na forma como se produz ácido sulfúrico, portanto, não vai intervir na técnica de funcionamento da informação. Este é o problema fundamental. Não posso, porém, deixar de referir duas questões que me parece necessário serem abordadas, fora de toda a polémica partidária e ideológica.

A primeira questão diz respeito às estruturas que devem permanecer estatizadas: há ou não sentido para instituições concorrentes exactamente no mesmo domínio e todas elas financiadas pelo Estado?

Julgo que a reestruturação do sector é fundamental. E isto para bem da Informação, dos profissionais da Informação e do povo no seu conjunto, e já agora para salvaguarda da nossa economia também...

Mas há ainda outro problema que não é menos importante: o problema da própria ética profissional. Quando digo ética profissional não digo que o jornalista da rádio, da televisão, ou da imprensa escrita vai justapor à realização técnica da sua tarefa (seja ela crónica, reportagem ou artigo de opinião) um discurso moralizador. É no processo técnico que eu situo o problema ético.

Quer dizer, o jornalista, de qualquer meio de informação, tem de saber que o rigor é um elemento fundamental, e é ponto de partida de toda a actividade, e de modo muito especial quando essa actividade tem que ver com o direito fundamental (anterior à liberdade de expressão do jornalista, que é a liberdade de pensamento e da opinião dos indivíduos e do povo. Essa foi a nossa posição na Unesco e defendemo-la até ao fim).

O problema da Informação hoje é de tal ordem, é de tal maneira invasor da vida psicológica e mental de cada um de nós que nem é sequer na escolha da parte do leitor ou do telespectador, que o problema se situa. É ao nível da reformulação do quadro da ética profissional em que se movimentam os homens e as mulheres da Informação. E isto para mim é capital.

